

Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.293.367 - MG
(2018/0114809-7)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : JOSEMAR SOUZA RIBEIRO
AGRAVANTE : MATEUS DE JESUS COELHO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

JOSEMAR SOUZA RIBEIRO E MATEUS DE JESUS COELHO agravam da decisão que inadmitiu seu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** proferido no Recurso em Sentido Estrito n. 1.0433.15.015452-7/001.

Os agravantes foram pronunciados pela prática, em tese, do delito previsto no art. 121, § 2º, III e IV, do Código Penal. A defesa interpôs recurso em sentido estrito, pleiteando fosse reconhecida a ilicitude de documentos produzidos em sede policial, a inexistência de indícios suficientes para a pronúncia e a exclusão das qualificadoras.

O Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso (fls. 327/338). A defesa opôs, então, embargos de declaração, que foram rejeitados (fls. 347-353).

Irresignados, os insurgentes interpuseram recurso especial, no qual apontaram violação ao **art. 155, caput, do CPP**, sob a alegação de que a pronúncia estaria baseada em elementos colhidos exclusivamente na fase de inquérito policial.

Mencionam, ademais, contrariedade ao **art. 414 do CPP**, porquanto, a seu ver, não haveria indícios suficientes de autoria, o que implicaria a impronúncia dos acusados.

Alegam, outrossim, malferimento ao **art. 206 do CPP**, ao raciocínio de que, com a convalidação da dispensa formal de inquirição das supostas testemunhas do fato, contentando-se com os relatórios e as

certidões policiais que reportaram entrevistas com essas pessoas, teria sido desconsiderada a obrigatoriedade legal de servir como testemunha.

Ademais, sustentam ofensa ao **art. 157, caput, do CPP**, porquanto a prova testemunhal teria sido produzida com violação ao procedimento legal, tornando-se prova ilícita.

Pugnaram, então, pelo provimento do recurso para reconhecer a nulidade do acórdão impugnado ou a reforma do julgado, com vistas a serem despronunciados.

O especial foi inadmitido na origem, por incidência do óbice da Súmula 7 da STJ (fls. 383/384).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do recurso (fls. 406-411).

Decido.

I. Pressupostos de conhecimento do AREsp

O agravo é tempestivo e preencheu os demais requisitos de admissibilidade, motivos pelos quais comporta conhecimento.

II. Admissibilidade do recurso especial

Quanto ao recurso especial, verifica-se que **comporta parcial conhecimento**, tão somente quanto à suscitada contrariedade ao **art. 155, caput, do CPP**. Quanto aos demais temas, não merece ser conhecido.

Com efeito, no que toca à mencionada vulneração ao **art. 206 do CPP**, nota-se que não houve juízo de valor prévio acerca da interpretação de tal dispositivo legal pelo Tribunal de origem.

Incidem, portanto, os óbices das **Súmulas n. 282 e n. 356**, ambas do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"; e "O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento". Na mesma perspectiva:

Superior Tribunal de Justiça

[...]

III - A ausência de prequestionamento constitui óbice ao exame da matéria pela Corte Superior, a teor das Súmulas 282 e 356 do Pretório Excelso.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp n. 1.260.175/DF, Rel. Ministro Felix Fischer, 5ª T., DJe 15/6/2018)

Além do mais, no que pertine à suscitada ofensa ao **art. 157, caput, do CPP**, ao argumento de que a prova testemunhal teria sido produzida ilegalmente, constata-se que os ora agravantes deixaram de apresentar fundamentação adequada, olvidando-se de comprovar a relação entre a ilicitude apontada e a norma tida por violada, o que impossibilita a compreensão da inteireza da controvérsia. Incide, dessa forma, a Súmula n. 284 do STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia". Nessa linha de raciocínio:

[...]

1. Verifica-se que o recurso encontra-se deficientemente fundamentado, uma vez que as razões insertas no recurso não permitem a exata compreensão da controvérsia, aplicando-se, ao caso, por analogia, o enunciado da Súmula 284/STF.

[...]

3. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg na PET no AREsp 625.163/DF, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, 5ª T., DJe 09/04/2019)

Outrossim, quanto à aventada vulneração ao **art. 414 do CPP**, porque, a seu ver, não haveria indícios suficientes de autoria, o que implicaria a impronúncia dos réus, tem-se que, quanto a este ponto, a Corte de origem, soberana na análise dos fatos e provas dos autos, concluiu que haveria indícios suficientes de autoria, aptos a autorizar a submissão dos acusados ao julgamento perante o Tribunal Popular. Confira-se o excerto (fls. 334-336):

A materialidade é certa e se faz comprovada pelo Boletim de Ocorrência de fls. 03/07, pelo Laudo de Vistoria do local de fls. 82/85 e pelo Relatório de Necropsia de fls. 67/73.

A autoria, por seu turno, está em tese demonstrada por meio

de indícios seguros, senão vejamos.

Os recorrentes negaram a prática do crime tanto na fase inquisitorial, quanto em juízo (fls. 62/63 e 64/65; fls. 182 e 183). Contudo, a negativa de autoria deles vai, em tese, de encontro a alguns depoimentos testemunhais colhidos.

O Relatório de fls. 18/2, confirmado em juízo pelo policial militar Fredson Ataíde Lopes Oliveira (fls. 177) narra, em detalhes, toda a investigação, a saber:

[...] durante patrulha na semana seguinte aos fatos, conseguimos contato com um informante que por medo de represálias não quis ser identificado. Este nos informou que, na noite do crime, a vítima estava conversando com a adolescente de nome Gabriela, a qual é namorada de Mateus de Jesus Coelho (vulgo "Mateuzinho"), quando os autores Luiz Fernando Silva Lima (vulgo "Nandim") e Josemar Souza Ribeiro (vulgo "Ma") e também o Mateus de Jesus Coelho, aproximaram e efetuaram disparos de arma de fogo contra a vítima e em ato contínuo, após a vítima cair ao solo, os autores apossaram de pedras e pedaços de tijolos e passaram a agredir a vítima na cabeça. Que logo em seguida fugiram do local.

Sobre a motivação deste crime, primeiramente foi nos relatado que a vítima estava tendo um caso amoroso com uma antiga namorada do suspeito Luiz Fernando Silva Lima, o que pode estar relacionado ao assassinato em questão, contudo, outro fato que pode ter sido a motivação deste crime é que, durante nossos levantamentos, tivemos informação que tal fato poderia estar relacionado com um "prejuízo" dado pelo Meydson Gabriel à quadrilha dos suspeitos acima qualificados. Na sequência constatamos que a vítima fora apreendida pelo crime de tráfico de drogas, conforme registrado no REDS 2012-001099379-001, em 29/06/2012 [...] (fls. 18/21, ratificado em juízo às fls. 177).

A mãe da vítima, Hilda Barbosa dos Santos, também informou ao Magistrado que ela teria ficado sabendo que "os assassinos de seu filho são os acusados e Luiz Fernando", sendo que "no dia do velório de seu filho soube que Luiz Fernando foi assassinado naquele mesmo dia e que sua morte foi vingança pela morte de Meydson" (fls. 181).

Outrossim houve testemunha ocular dos fatos, a qual teme ser identificada, que teria visto Mateus pedir uma arma de fogo para "Nandim" e sair da lanchonete onde eles estavam.

Instantes depois teriam sido ouvidos quatro disparos do lado de fora, tendo todos saído do referido estabelecimento comercial, momento em que a testemunha teria visto Meydson caído ao chão, baleado, tentando se levantar, e sendo agredido por Mateus com golpes de pedras e tijolos na região da cabeça (fls. 41).

No mesmo sentido é o relato feito por outra testemunha às fls. 35, que também teria visto Mateus, Josemar e Luiz Fernando apedrejando a vítima até a morte.

Assim, não obstante os recorrentes tenham negado a autoria do delito nas duas oportunidades em que foram ouvidos, há, lado outro, indícios de terem sido eles supostamente os responsáveis pelos golpes que ceifaram a vida da vítima, sendo certo que na fase em que o feito se encontra o só fato de haver mais de uma vertente de prova nos autos - uma, no sentido da negativa de autoria, e outra, no sentido de terem sido os recorrentes os autores dos golpes que ceifaram a vida da vítima - basta para fundamentar a sentença de pronúncia, obstando o acolhimento do pleito defensivo de despronúncia. Eventuais dúvidas ou contradições na prova se resolvem, nesta fase, em favor da sociedade, e não em benefício do réu.

Itero que apenas a prova incontroversa pode ensejar a subtração do caso ao julgamento pelo Júri Popular. Se o acervo dos autos não permite, de plano, a impronúncia, a absolvição sumária ou a desclassificação, deve-se manter a sentença de pronúncia, deixando ao Conselho de Sentença a decisão final.

Caberá à defesa desconstituir, em Plenário, os indícios trazidos aos autos pelo órgão acusatório, provando aos Jurados que os recorrentes não teriam envolvimento no homicídio de Meydson Gabriel Barbosa Silva.

Assim, sem maiores delongas, inegável que os autos emprestam elementos seguros à luz dos quais se delineia, em tese, a autoria do delito, devendo ser mantida a pronúncia de Josemar Souza Ribeiro e Mateus de Jesus Coelho nos termos da decisão recorrida.

Entender em sentido diverso, como pretendido pelos agravantes, **demandaria acurado reexame do conjunto fático-probatório**, vedado em recurso especial, a teor da Súmula n. 7 do STJ. A propósito:

[...]

6. *In casu*, o reconhecimento da absolvição sumária, da impronúncia e o afastamento da qualificadora demandaria o

reexame fático-probatório, providência vedada pelo enunciado n. 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça - STJ, pois o Tribunal de origem, com base na prova dos autos, apresentou fundamentação concreta para ratificar a pronúncia pelo delito de homicídio qualificado. [...] (**AgRg no AREsp n. 1.085.378/MG**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, 5ª T., DJe 28/6/2018)

[...]

1. O Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas da causa, concluiu haver nos autos indícios de autoria suficientes a ensejar a prolação da decisão de pronúncia em desfavor do acusado, inclusive quanto às qualificadoras. Desta feita, entender de modo distinto para impronunciar o recorrente, implicaria no reexame do conjunto probatório dos autos, o que é vedado nas instâncias excepcionais. Súmula 7/STJ. [...] (**AgRg no AREsp n. 1.000.941/AC**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 6/12/2016)

Desse modo, tem-se que o recurso especial não pode ser conhecido quanto à mencionada afronta aos **arts. 157, caput, 206 e 414, todos do CPP**.

III. Violação ao art. 155, caput, do CPP

A defesa alega que a decisão de pronúncia se baseou em **elementos colhidos exclusivamente na fase de inquérito policial**, o que seria inconcebível para a submissão dos acusados para julgamento perante o Tribunal do Júri.

A Corte de origem, ao negar provimento ao recurso em sentido estrito, fundamentou, nesse ponto (fls. 332/333, destaquei):

Sustenta a defesa a invalidade dos seguintes documentos acostados aos autos: o relatório de investigação juntado às fls. 18/21, o relatório nº 38/2014 do Grupo de Proteção à Vida juntado às fls. 22/26, as certidões de fls. 35 e 41 e o Relatório Circunstanciado de Investigação de fls. 42/44, tudo sob a alegação de que se trata de documentos oriundos de informantes anônimos, o que comprometeria o exercício de defesa dos réus, ora recorrentes.

Examinando atentamente os autos e, em especial, tais documentos, concluo que razão não assiste ao combativo defensor. Consoante asseverado pelo Magistrado na

sentença recorrida, os relatórios de fls. 18/21,22/26 e 42/44 não são anônimos, mas, ao contrário, foram elaborados por policiais militares componentes da equipe que investigava o crime narrado na exordial acusatória e traduzem exatamente o andamento das referidas investigações.

As certidões de fls. 35 e 41, da mesma forma, retratam as informações acerca da autoria delitiva obtidas por investigadores da Polícia Civil.

Já o Relatório Circunstanciado de Investigação de fls. 42/44 simplesmente traz, ao Delegado oficiante no feito, um relato do que teria sido apurado ao longo das investigações policiais até então, não passando, como o próprio nome diz, de mero relatório dos fatos apurados.

O teor de todos esses documentos foi posto à inteira disposição da defesa, que deles tomou conhecimento e pôde rebatê-los a tempo e a modo, não havendo que se falar no mais mínimo cerceamento de defesa.

Sabido que em crimes violentos, tais como o narrado na presente denúncia, muitas vezes as testemunhas oculares se vêm temerosas de depor contra os acusados, por medo de se tornarem as suas próximas vítimas e, por isso, não obstante desejem colaborar com a Justiça criminal, auxiliando no deslinde da autoria delitiva, exigem que as suas identidades sejam preservadas.

Por tal motivo é que investigações policiais com base em denúncias anônimas são perfeitamente válidas para alicerçar o inquérito policial e o indiciamento do acusado. **Elas não podem, por óbvio, ser a única prova a fundamentar uma futura condenação, mas estando elas apoiadas em outros elementos de prova, como na hipótese vertente, em que os subscritores dos citados documentos confirmaram o seu conteúdo em juízo, sob o crivo do contraditório, (fls. 177 a 179), elas são válidas e não susceptíveis à anulação.**

Assim, não vislumbro nenhuma razão para anular ou declarar a invalidade dos documentos de fls. 18/21, 22/26, 35, 41 e 42/44, donde os mantenho acostados aos autos, rejeitando a preliminar erigida.

Pela leitura do acórdão confirmatório da pronúncia, verifica-se que o Tribunal *a quo*, ao contrário do que alega a defesa, **consignou haver prova da materialidade e de indícios de autoria com base em elementos produzidos na investigação policial, os quais**

foram, em tese, corroborados pelas evidências colhidas durante a instrução processual.

Dessa forma, não há se cogitar em violação do art. 155 do CPP, porquanto, na espécie, **a versão produzida no inquérito não está isolada, notadamente porque se mostrou em consonância com a prova judicializada, de maneira que o *decisum* impugnado está de acordo com a jurisprudência do STJ.**

Nesse sentido:

[...]

1. A decisão de pronúncia encerra simples juízo de admissibilidade da acusação, satisfazendo-se, tão somente, pelo exame da ocorrência do crime e de indícios de sua autoria. A pronúncia não demanda juízo de certeza necessário à sentença condenatória, uma vez que as eventuais dúvidas, nessa fase processual, resolvem-se em favor da sociedade - *in dubio pro societate*.

2. Impossibilidade de se admitir a pronúncia de acusado com base em indícios derivados do inquérito policial. Precedentes.

3. Por outro lado, na hipótese dos autos, a sentença de pronúncia foi calcada tanto em provas inquisitivas quanto em provas produzidas em juízo, não merecendo reforma, portanto, a decisão agravada.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1363973/MT, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, 5ª T., DJe 30/04/2019)

[...]

1. O legislador prático vedou expressamente a condenação baseada exclusivamente em elementos colhidos na investigação criminal, nos termos do art. 155 do Código de Processo Penal. No que se refere à sentença de pronúncia, tal dispositivo deve ser visto com reserva.

2. A sentença de pronúncia não encerra condenação, limitando-se tão somente a pronunciar o agente quando presente prova segura da materialidade e elementos indicativos de autoria, pois compete exclusivamente ao Tribunal do Júri, nos crimes dolosos contra a vida, apreciar o mérito da ação penal ou proceder ao exame aprofundado das provas, decidindo, por fim, pela procedência ou não da denúncia.

3. **Hipótese em que a pronúncia não foi baseada exclusivamente em elementos produzidos na fase pré-processual.**

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 247.911/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, 5ª T., DJe 02/06/2015)

Dessa maneira, observa-se que a instância ordinária decidiu em consonância com o entendimento consolidado neste Superior Tribunal, sendo hipótese de aplicação da Súmula n. 568 do STJ.

V. Dispositivo

À vista do exposto, **conheço do agravo** para, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, **conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ